

O Debate sobre a Agroecologia no MST: as práticas de produção no campo e a relação socioambiental

The Debate on Agroecology in the MST: the production practices in the field and the relationship socio-environmental

**Custódio Jovêncio Barbosa Filho¹
Elizete Oliveira de Andrade²**

RESUMO:

Apresentamos neste artigo parte dos resultados da pesquisa “Educação do campo e agroecologia: interfaces entre o saber científico e o saber popular” vinculada ao Edital 2018/2019 do PAPq/UEMG, que versou sobre a atuação dos/as trabalhadores/as do Assentamento Olga Benário no processo de produção sob a lógica da agroecologia. O objetivo principal foi compreender e analisar essa atuação sob a égide da agroecologia. Para a produção dos dados, buscou-se por meio das rodas de conversas com base na perspectiva da metodologia do Círculo de Cultura proposto por Freire (1979), descrever e analisar as experiências de produção de alimentos no campo e suas relações entre a ecologia e as questões ambientais. Como resultado, se evidencia que apesar das discussões e ações sobre a agroecologia estar ainda em gestação nesse assentamento, há um reconhecimento que, quanto mais houver a proteção da mãe terra, mais ela retribuirá com os ganhos sociais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Experiências no campo; Agroecologia; Espaço socioambiental.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFGM). Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Carangola). Grupo de Pesquisa Ciências Humanas e Linguagens (UEMG/Carangola). E-mail: custodio.barbosa@uemg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9669-3048>

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Carangola). Grupo de Pesquisa: Educação, História e Movimentos Sociais (UEMG); Pedagoga da EMEI Lelena de Oliveira, Carangola/MG. E-mail: elizete.andrade@uemg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2442-9664>

ABSTRACT:

We present in this article part of the results of the research "Countryside education and agroecology: interfaces between scientific knowledge and popular knowledge" linked to PAPq/UEMG Edict 2018/2019, which focused on the performance of workers on Olga Benário Settlement in the production process under the logic of agroecology. The main objective was to understand and analyze this action under the aegis of agroecology. For the production of the data, it was sought through the conversation wheels based on the perspective of the methodology "Círculo de Cultura" proposed by Freire (1979), to describe and analyze the experiences of food production in the field and its relations between ecology and environmental issues. As a result, it is evident that although the discussions and actions on agroecology is still in gestation in this settlement, there is a recognition that the more there is the protection of mother earth, the more she will repay with social and environmental gains.

KEYWORDS: Experiences in the field; Agroecology; Socio-environmental space.

INTRODUÇÃO

As trajetórias humanas de construção das suas mais profundas respostas às demandas socioambientais, culturais, históricas trazem consigo aspectos da busca pela manutenção da vida em prol da sua ampliação de sobrevivência no planeta. Entretanto, a lógica do sistema econômico e cultural hegemônico tem assumido outras dinâmicas produtivas que negam a perspectiva da vida em função da produção de alimentos que geram a morte precoce desses seres.

Uma das questões que nos leva a essa afirmação é perceber que a atual política de produção agrícola vem permitindo a liberação excessiva de produtos químicos no campo, que produz danos irreparáveis às vidas, existentes nesses ecossistemas. O Projeto de Lei 6.299/2002, também denominado “Projeto de Lei dos agrotóxicos”, que teve um tensionamento para que fosse transformado em Lei pela bancada ruralista do Brasil desde 2002, vem se revelando contrária a produção de alimentos saudáveis no campo, pois passará liberar a utilização de diversos agrotóxicos no cultivo desses alimentos.

Para negar essa lógica seria necessária a adesão de um projeto de sociedade que se proponha a pensar possibilidades que tendenciarão a ampliação de vidas dos seres humanos no planeta, a partir de um real desenvolvimento socioambiental.

Sob esta perspectiva, nosso estudo que teve por objetivo analisar como tem sido a atuação dos/as assentados/as do Assentamento Olga Benário, localizado no município de Visconde do Rio Branco / Zona de Mata de Minas Gerais, no processo de produção agrícola sob a lógica da agroecologia, que enfatiza a proteção dos espaços/lugares socioambientais existentes nos territórios. Considera-se que a perspectiva da agroecologia aponta para a importância de se repensar novas possibilidades de proteção da vida.

No desenvolvimento da pesquisa de campo, se percebe que apesar de o MST se inserir em uma proposta de mudança da lógica convencional de produção no campo, ainda há um percurso de debates inexpressivos sobre a agroecologia no referente ao modo de trabalhar as formas de produção de alimento. Isso porque a base de produção se encontra sob o pensamento de grandes projetos do capital que apontam para o pacote de desenvolvimento tecnológico no campo. Nesse sentido, essa lógica acaba cooptando os/as assentados/as que não veem a agroecologia como possibilidade de produção que dê conta de sustentar suas famílias.

O caráter das experiências de produção agrícola no campo advém de trocas de saberes que revelam possibilidades de mudança de pensamento sociocultural e nos remete a fazer uma releitura da história do campo no Brasil que teve suas experiências de lutas e conquistas apoiadas sob a congruência das capitânicas hereditárias e as sesmarias – grandes porções de terras doadas aos colonizadores portugueses que vieram para o Brasil no século XVI.

Nosso olhar se baseia em parte dos dados coletados na pesquisa de campo vinculada ao Edital de 2018/2019 do Programa de Apoio a Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PAPq/UEMG), intitulada “Educação do campo e agroecologia: interfaces entre o saber científico e o saber popular”, com a participação de 26 famílias dos assentados/as do Assentamento Olga Benário, realizada por meio das rodas de conversas sob a perspectiva metodológica do Círculo de Cultura proposto por Freire (1979). Destarte, ocorre que os/as assentados/as têm desenvolvido nas ações de produção debates que os/as levam a pensar a agroecologia como metodologia de produção saudável no campo, considerando as questões socioambientais, principalmente de respeito à mãe terra.

Essas relações de ampliação sobre os projetos de sociedade têm feito das ações desenvolvidas pelos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra um espaço de resistência aos desmandos do agronegócio que tem como principal fonte de sustentação a retirada do valor social e ambiental da terra.

Os Limites da Produção Agroecológica em Tempos de Desenvolvimento do Agronegócio

Quando se trata de desenvolvimento pode-se tentar compreender em um movimento que a humanidade tem feito em prol de atender as suas demandas de sobrevivência nesse planeta, entretanto, o que temos observado nos últimos séculos é que, quanto mais nos desenvolvemos, mais nos aproximamos da extinção da raça humana, em especial, pela liberação do uso de agrotóxicos nocivos no cultivo de alimentos.

Essa afirmação pode ser constatada ao observar os dados de utilização de agrotóxicos no Brasil, pois de acordo Spadotto e Gomes (2021, s/p):

O consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidas anualmente cerca de 130 mil toneladas no país; representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período.

Os dados ligados à saúde demonstram o quanto os trabalhadores rurais estão sendo intoxicados com o uso intensivo de agrotóxicos no Brasil.

De acordo com Teixeira (2014) na década que vai de 1999 a 2009, foram registrados quase 10 mil casos de intoxicação por agrotóxicos somente no Nordeste do Brasil. Ainda que essa constatação seja alarmante, verifica-se que há o planejamento de políticas sociais para a questão da saúde, contudo, distante da perspectiva de uma política socioambiental preventiva. Todavia, o que se percebe é a constante ampliação do uso intenso de agrotóxicos no processo de produção de alimentos no campo, principalmente com o PL 6.299/2002. De acordo com Ramos (2001) e Lima (2003), as questões socioambientais ainda estão sendo tratadas de forma superficial e com pouca ênfase, mesmo diante da problemática que o assunto requer.

A abordagem dos conceitos de particularidade, singularidade e universalidade proposta pelo método do materialismo dialético de Marx e Engels (2007; MARX, 2008), pode integrar o estudo das partes com o todo no que se referente ao que tem sido pensado pela agroecologia.

Há por parte dos pesquisadores da agroecologia, como um campo de pensamento epistemológico a dificuldade sobre o fato da inexistência da discricção explícita sobre o método e as tentativas de reconstrução que este tem produzido como resultados diversos e antagônicos, dependendo de quem faz a leitura sobre o seu desenvolvimento.

Para Altieri (2009), a agroecologia é uma ciência emergente que estuda os agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Desse modo, se constitui uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, proporcionando assim, um agroecossistema sustentável. Para outros, trata-se apenas de uma nova disciplina científica.

Guzmán (2002) destaca que a agroecologia não pode ser uma ciência, pois incorpora o conhecimento tradicional que por definição não é científico. No entanto, consideramos como Guzmán (2002, p. 53-54), que “[...] a agroecologia é uma ciência em construção”, ou seja, que possui “[...] características transdisciplinares integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando inclusive, o conhecimento tradicional, porém este é validado por meio de metodologias científicas (mesmo que, às vezes, sejam métodos não-convencionais)”.

O avanço desse debate necessita do aprofundamento das características práticas e teóricas que a agroecologia tem produzido enquanto novo campo do saber científico. Entretanto, quando observamos os dados de campo da pesquisa vinculada ao Edital 2018/2019 do PAPq/UEMG, intitulada “Educação do campo e agroecologia: interfaces entre o saber científico e o saber popular”, pôde-se perceber os limites que a produção agroecológica traz para pensar sua relação com a lógica de produção advinda pelo pacote tecnológico do campo, a partir da década de 1960 no Brasil.

Isso porque o modelo de produção agrícola tradicional vinculada ao agronegócio não atende às condições de sustentabilidade para pensar os meios socioambientais dos ecossistemas existentes nos diversos espaços territoriais de produção da vida, pois há nesse modelo de produção uma dependência enorme de insumos agroquímicos e energéticos externos (MARTINS, 2003).

Sob a lógica do agronegócio a principal finalidade produtiva toma por base as extensas monoculturas, o que passa a reduzir a possibilidade de o próprio ecossistema se retroalimentar e com isso se utiliza de intensos produtos químicos para adiantar o processo produtivo e, principalmente, combater “pragas” geradas pelo cultivo de monoculturas extensivas nos espaços de produção de alimentos (CAPORAL, 2009).

O Agronegócio compõe uma nova terminologia conceitual, principalmente a partir da década de 1990, em que se produz uma nova vinculação de construção ideológica para tentar mudar a imagem do antigo latifúndio existente no Brasil desde a invasão portuguesa datada de meados do século XVI, sendo intensificada com a indústria da terra, gerada pela Lei de Terras de 1850³ e da agricultura capitalista, em que a terra passa a ser tratada como capital.

O que se busca com esta nova roupagem – agronegócio – teórico/conceitual de algo existente no Brasil é instalar na estrutura mental e no imaginário da população a ideia de que a agricultura estava ultrapassada e precisava ser “modernizada”. Com isso, se passa a ocultar o caráter da grande concentração de terras, monoculturas extensivas, expropriação da força de trabalho dos/as assalariados/as do campo, uso intensivo de agrotóxicos para eliminar as “pragas” produzidas pelas próprias monoculturas, e principalmente o valor social da terra (MARTINS, 2003).

³ Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm Acesso em: 03 dez. 2022.

As questões que permeiam o valor social da terra estão descritas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Capítulo III “Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária”. Há neste capítulo o real sentido do valor que deve constar para que a terra possa ter seu valor explicitado no processo de produção agrícola,

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

As condições de manutenção das grandes extensões de terras ainda existentes no Brasil atuam no sentido de negar seu valor social, ou seja, o uso adequado e racional dos bens naturais, na proteção ao meio ambiente e salvaguarda dos direitos trabalhistas, pois o que se tem como política fundiária tem atuado de forma inconstitucional.

De acordo com Assis e Romero (2002), a então chamada “Revolução Verde” que teve seu início na década de 1960 e se intensificou na década de 1970, tinha como principal objetivo o formato de concentração fundiária nas mãos de capitalistas agrícolas. Esses, por sua vez, passaram a adquirir as terras dos agricultores familiares. Isso porque estes agricultores possuíam grandes obstáculos para conseguir financiamento de suas produções, tendo que migrar para os grandes centros e repassando seu espaço/lugar produtivo para grupos que se interessava em acumular, ainda mais, terras no campo.

Além deste fato, há ainda no Brasil o problema da grilagem de terras⁴ que se centra como um dos mais fortes instrumentos de concentração fundiária. De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2016), em todo o país, existe um total de aproximadamente 100 milhões de hectares de terras sob suspeita de serem griladas. Estes dados evidenciam ainda mais o problema das formas sustentáveis de produção de alimentos no Brasil.

⁴ *Grilagem de terras* significa a apropriação de terras devolutas (terras públicas sem destinação) e/ou terras de terceiros por um proprietário privado. Esta apropriação envolve a criação de documentos falsos, de onde provém o termo “grilagem”, uma vez que os documentos eram engavetados com grilos para dar uma aparência de antigos pelo amarelado que os detritos do animal deixam no papel e pelos desgastes que provocam nele (DEVISATE, 2017).

Com isso, o processo que teve seu início com a invasão portuguesa no Brasil foi ganhando força no seu desenvolvimento e na atualidade a agricultura capitalista ligada ao agronegócio tende a intensificar ainda mais a lógica da concentração fundiária e da exploração da força de trabalho dos/as trabalhadores/as assalariados/as do campo.

Neste sentido, o agronegócio se coloca como o principal representante da alta produtividade e como a que mais gera riquezas para o país, tendo como referência o Produto Interno Bruto (PIB/BRASIL, 2019). Entretanto, de acordo com dados da CEPEA; ESALQ; USP (2019), dentre as quatro subdivisões que especificam a produção agrícola (insumo, primário, agroindústria, serviços), a que mais se destacou foi justamente a de insumos.

Ao tratar o insumo como forma de análise sobre o aumento do PIB, se coloca principalmente, na contramão do processo produtivo no campo, pois os insumos representam,

[...] O segmento de insumos [que] segue se destacando, tendo em vista que encerrou o primeiro semestre registrando expressiva alta de 7,26%. Pesquisadores do Cepea destacam que esse resultado se deve aos crescimentos observados nos ramos agrícola (de expressivos 9,08%) e pecuário (de 3,32%), que, por sua vez, têm sido influenciados positivamente ao longo de 2019, sobretudo pelos bons resultados nas indústrias de fertilizantes e defensivos⁵.

Dentre as características desta subdivisão se encontra a negativa que a agroecologia tem se colocado, pois se há um ganho de produção a partir do uso extensivo de agrotóxicos no campo a perda será, em médio e longo prazo, da vida dos/as trabalhadores/as do campo e por consequência dos consumidores desses produtos.

Com isso, a lógica de produção se inverte no qual o agronegócio passa a expandir seu território de ação, sobretudo, de controle que impacta diretamente a relação capital-trabalho. Nesse sentido, impacta também, e mais amplamente, todas as relações sociais no campo e na cidade, contribuindo para a ampliação das desigualdades sociais.

As estratégias das indústrias de agrotóxicos são tão intensas que hoje mesmo grupos de pessoas e/ou movimentos sociais clássicos como o MST, tem vivenciado em seus territórios a dialética concreta desse processo nos momentos da produção de alimentos em seus lotes advindo da “*pseudo*” reforma agrária, promovida pelo governo brasileiro, pois muito trabalhadores rurais ainda não conseguiram ter acesso a propriedade de terra via processo de

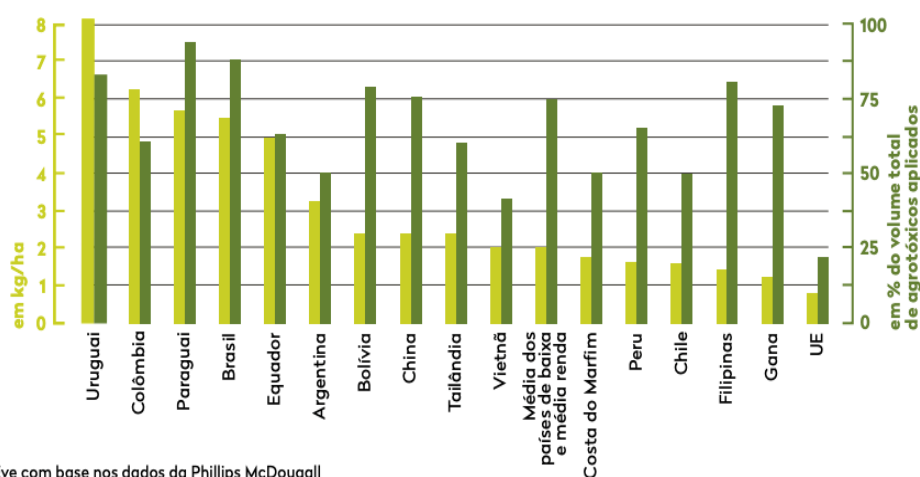
⁵ PIB do agronegócio brasileiro, 2019. Acesso em 16/10/2019. Capturado em <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>.

reforma agrária o que coloca o Brasil com a maior concentração fundiária do mundo, de acordo com dados do IBGE (2019). Os dados da pesquisa de campo demonstraram que há ainda quem assuma, no interior desses movimentos, que não se consegue fugir do uso total de fertilizantes e defensivos químicos no momento da produção de alimentos, quer na agricultura ou mesmo na criação de animais.

De acordo com Costa e Silva (2012), o Brasil é um dos maiores líderes do mundo que faz o uso de algum tipo de produtos químicos no seu processo de produção agrícola. Situam ainda os autores que entre 1990 e 2010, o país cresceu 576% no setor agroquímico, enquanto que, no mesmo intervalo de tempo, o mercado mundial cresceu 83%. Esta marca faz do Brasil um dos maiores consumidores de agrotóxico do mundo.

FIG. 1: Consumo de agrotóxicos em países de baixa renda.

Figura 2.2 – Consumo de agrotóxicos altamente perigosos em países de baixa e média renda selecionados



Fonte: Estimativa da Public Eye com base nos dados da Phillips McDougall

Fonte: Gráfico Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/brasil-consome-20-dos-agrotoxicos-altamente-toxicos-do-mundo-revela-relatorio/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Os dados da pesquisa desenvolvida nos anos de 2018/2019 têm nos mostrando o quanto os/as assentados/as de reforma agrária no MST têm enfrentado problemas quanto a produzir sem o uso de fertilizantes e defensivos químicos. Para muitos desses/as trabalhadores/as do campo que apesar de já ter um contato com a agroecologia, há muitas dificuldades para por esta mudança de matriz produtiva em prática e com isso recorrem às práticas utilizadas pela agricultura convencional.

Tais dificuldades se relacionam à análise dos custos, despesas e receitas, pois, muitas vezes os produtores da agricultura familiar não dominam o gerenciamento do seu negócio (LOURENZANI, 2011), bem como àquelas relacionadas aos custos iniciais para a produção de orgânicos, que são mais elevados em decorrência do processo de conversão e certificação (WILKINSON, 2003). Agregam-se também a esses fatores, os problemas com a comercialização de seus produtos, o acesso a mercados, negociação, distribuição e atualização de preços.

Mais adiante apresentamos os dados que nos darão subsídios para que, junto aos assentados/as do MST da Zona da Mata Mineira, possamos pensar condições de colocar em prática o projeto de mudança de sociedade proposto pelo Movimento e que consta nos seus documentos.

A agroecologia e o MST: a relação socioambiental e as práticas de produção no campo

O debate sobre a agroecologia tem permitido que as questões sobre as mudanças de matriz produtiva possam ser mais bem explicitadas no que tange as aproximações entre o fazer do trabalho no campo e as dinâmicas produzidas pela agroecologia e seu jeito metodológico de respeito ao tempo da terra e de todos os ecossistemas que nela existem.

Esta relação tem aproximações com as questões socioambientais ao dimensionar que o processo produtivo ganha mais notoriedade de desenvolvimento humano a partir do valor social concebido pela ampliação do respeito às dimensões de produção que abrange mais pessoas e seu envolvimento com os ecossistemas que compõem aquele espaço/lugar de produção.

Os dados produzidos na pesquisa de campo nos permitiram compreender que as pessoas do assentamento Olga Benário – localizado no município de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata Mineira – têm desenvolvido em suas ações de produção, outros modos de pensar a agroecologia, considerando as perspectivas socioambientais como modo de produção.

Nesse assentamento, dos 30 lotes existentes há 27 ocupados pelas famílias dos/as agricultores/as familiares vinculados/as ao processo de Reforma Agrária ligados/as ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado de Minas Gerais.

O assentamento Olga Benário advém das lutas e resistências dos trabalhadores/as do campo que têm buscado – por meio do direito à terra estabelecido no capítulo III da Constituição

Federal de 1988, a “[...] política agrícola e fundiária e da reforma agrária” (BRASIL, 1988), – o alcance desse direito de acesso à terra para sua manutenção e sobrevivência com respeito a pessoa humana.

Vale destacar que das 27 famílias que residem no assentamento, 26 delas participaram da pesquisa a partir das conversas feitas nos momentos dos Círculos de Cultura (FREIRE, 1979). Com a produção dos dados verificamos o quanto as famílias têm se aproximado de um debate sobre as contradições existentes entre a agricultura convencional e a produção agroecológica no ato do fazer cotidiano da vida no campo.

Nesta perspectiva, compreendemos que a agroecologia passa a ser um importante elemento de proteção dos ecossistemas naturais e sociais para o desenvolvimento de uma produção agrícola sustentável que respeita o tempo de produção da terra. Nesse sentido, ao ser questionado sobre o que é agroecologia o senhor Jael⁶ (2019, 60 anos) faz o seguinte destaque,

[...] educação no Campo e Agroecologia que eu entendo é o seguinte: primeiro lugar é você respeitar a natureza! [...] igual a mim, meu lote é o último de cima, eu acho que eu não posso agredir aquela natureza lá, que eu vou acabar com a água tudo pra baixo. [...] Eu quando cheguei naquele lote eu via poucos passarinhos, hoje eu estou lá trabalhando e estou vendo sabiá comendo junto comigo, canário [...] é aquilo ali, um respeito. [...] ai a outra coisa é o seguinte: é o respeito que eu acho, se você tem um boi, um cavalo, você tem que respeitar aquilo, ele tem que trabalhar, mas você não pode estar batendo naquilo; a outra coisa, o respeito que eu acho, aqui no assentamento é muito bom isso! Aí que a gente já ouviu: evitar de colocar fogo! (Jael, 60 anos, 2019).

A fala do senhor Jael nos revela o quanto os sujeitos ao serem inseridos em uma lógica de produção baseada na agroecologia passam a respeitar e valorizar os espaços/lugares de produção de alimento, dividindo com outros seres vivos as possibilidades de vivência saudável. Isso ultrapassa falas esvaziadas de que assentados/as não se preocupam com a preservação ambiental, mas afirma o quanto o senhor Jael compreende a importância da preservação do ecossistema. Ele ainda faz o seguinte apontamento,

[...] eu acho que o respeito à natureza está aí [...] as vez [*sic*] você precisa de cortar uma madeira, você vai lá cortar um pau pra fazer um muerão [*sic*], aí você vai lá, corta aquele pau, ele cai em cima do outro, ele garra e você tem que cortar o outro, então é melhor [...] tem hora que é melhor você nem cortar, você entendeu? Você se virar de outra maneira e eu acho que o respeito pela natureza é isso aí, você manejar (Jael, 60 anos, 2019).

⁶ Utilizamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes da pesquisa de campo.

Fica clara a abordagem feita por esse agricultor familiar de que a defesa dos ecossistemas naturais pode nos levar a mais tempo de vida neste planeta que tem sido atacado de forma desrespeitosa, principalmente, pelas lideranças políticas que desconsideram o ritmo alarmante de destruição feita pelos seres humanos e suas formas devastadoras de consumo.

Corroboramos com a ideia de Ramos (2001) e Lima (2003), de que as questões socioambientais ainda estão sendo tratadas de forma superficial e com pouca ênfase, mesmo diante da problemática que o assunto requer. O que nos aponta para um horizonte com mais possibilidades de ampliação da vida, por exemplo, são as ações tomadas pelo senhor Jael.

Para dona Maria (62 anos, 2018), a agroecologia é somente não usar agrotóxico. Ao ser questionada sobre as formas de produção, ela destaca que não usa veneno,

[...] não ao veneno! Meu sistema de adubação é orgânico e não químico [...] eu não uso veneno [...] eu aprendi a fazer muitas coisas, muitos anos no MST eu aprendi a fazer muitas caldas e eu uso fumo. Sabão não deu certo! [...] Eu fico batendo entre um e outro e solo. Eu uso arroz com caldo de cana e adubo. Eu uso de gado mesmo de uma forma geral, eu aproveito tudo aqui! A única coisa que eu fiz de errado aqui foi corta [*sic*] um pé de nim⁷, tinha um negócio no pé que me deu medo! [...] a planta é inseticida natural e eu não me conformei de ter uma lagarta no pé. [...] morro de medo! Eu cortei e coloquei uma arruda lá atrás da planta (Dona Maria, 62 anos, 2018).

Esses relatos, bem como muitos outros relatos dos/as assentados/as, fazem com que, cada vez mais, possamos avançar para que o processo de produção no campo ganhe outra dinâmica de negação ao pacote tecnológico que traz consigo a carga enorme de utilização de agrotóxicos como forma de manutenção das lavouras e na criação de animais.

Dona Maria apesar de não ter acesso às informações sobre a quantidade de intoxicações que ocorrem com o uso de agrotóxicos na produção de alimentos no Brasil situa que o não uso de veneno ocorre para evitar problemas de saúde,

[...] assim [...] a gente no momento está precisando de produtos naturais, a quantidade de veneno que está acumulando no nosso organismo é enorme, então o não uso contribui para manter a saúde de forma geral, [...] sem contar que, chove o veneno vai pra água e são contaminados os peixes, os animais que bebem dessa água. Então, de forma geral, não uso agrotóxico nenhum. Então é benefício pra vida. (Dona Maria, 62 anos, 2018).

⁷ Planta de origem asiática que pode ser utilizada como forma de repelente natural. Informações http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2006/d471_0624-M.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

O processo de contaminação do solo e do lençol freático pode ser ainda mais intensificado no Brasil, principalmente com a aprovação do PL 6.299/2002, após a liberação de mais produtos químicos com a nova política que favorece o agronegócio, sob a perspectiva do segmento de insumos por meio das indústrias de fertilizantes e defensivos químicos (agrotóxicos). Pode-se compreender que cada vez mais haverá pessoas com algum tipo de enfermidade por ter consumido alimentos, água ou mesmo o ar contaminado por estes produtos.

Com a crescente indústria de agrotóxicos, sendo tratada como parte importante no processo de produção agrícola e através da política de incentivo ao uso destes produtos químicos no país, o governo liberou mais de 53 novos registros de agrotóxicos, chegando a um total de 410 tipos no Brasil (ANVISA, 2019)⁸.

Essas práticas podem levar à contaminação e infertilidade do solo, contaminação dos reservatórios aquáticos, entre outros, tornando mais improdutivo ao longo do tempo e/ou aumentando o custo da manutenção, limitando, assim, o uso dos recursos e potencial para a produtividade agrícola.

A nova divisão das categorias de produtos químicos feito pela ANVISA (2019) pode acarretar diversas interpretações sobre a forma como ela se apresenta: a) **Categoria 1: produto extremamente tóxico–faixa vermelha;** b) **Categoria 2: produto altamente tóxico–faixa vermelha;** c) **Categoria 3: produto moderadamente tóxico– faixa amarela;** d) **Categoria 4: produto pouco tóxico – faixa azul;** e) **Categoria 5: produto improvável de causar dano agudo – faixa azul;** f) **Não Classificado–produto não classificado – faixa verde. Dessas categorias e faixas pode-se verificar que um produto considerado como um dos principais – o glifosato – assumi a categoria 2, ou seja, produto altamente tóxico.**

Diante das práticas que se apresentam em nosso país fica claro o projeto de sociedade que cada classe defende. Se por um lado, há os que defendem a agroecologia que tem produzido vida no campo e defesa dos mais variados ecossistemas, há por outro, os que defendem o agronegócio e com ele as mazelas que este projeto pode representar para a vida em sociedade. Todavia, há, sobretudo, àqueles que buscam por justiça social e defesa do processo socioambiental.

⁸ Campanha permanente contra o agrotóxico e pela vida. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/tag/anvisa/>. Acesso em: 10 set. 2019.

Considerações Finais

Ao nos atermos em analisar as contribuições que os espaços/lugares de Reforma Agrária têm produzido como condições reais de se apropriar de uma estrutura sociopolítico-cultural que tem como referência a produção de alimentos saudáveis para o consumo da população brasileira e mundial, podemos verificar o quanto é importante publicizar experiências de compromisso e respeito ao Planeta Terra e seus ecossistemas no processo produtivo.

Para isso, tomamos os dados da pesquisa de campo que vem nos revelando como potencializador sobre um novo olhar das vidas e culturas produtivas nos espaços/lugares do campesinato brasileiro. Em nossa interpretação, os limites da adesão dos/as assentados/as ao processo produtivo da agroecologia, ainda se dá por falta de informação e formação, pois o tempo do mercado não tem permitido que esses/as agricultores/as familiares consigam enxergar a importância de se adotar uma lógica de defesa da mãe terra.

Com isso, pensar uma agricultura camponesa baseada na agroecologia é negar a adesão aos aspectos do produtivismo a qualquer custo, pois além de produzir com o intuito de manutenção de sua sobrevivência e a dos seus, este alimento produzido também será servido em sua mesa.

O sentido da proteção e defesa da mãe terra como aquela que nos proporciona o sustento socioambiental e biológico/físico faz do movimento da agricultura familiar uma forma de pensar as realizações humanas mais propensas à sustentabilidade da terra. Enquanto de um lado há o projeto do agronegócio como supremacia que procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento, do outro lado há um tensionamento para que a agroecologia se desenvolva como não simplesmente mudança de matriz produtiva no campo, mas principalmente como nova forma de sociabilidade de vida.

Negar o mercado produtivo faz do movimento da agroecologia um potencial de interferência sobre a diversidade das culturas no campo, isto porque a luta e resistência estão postas para que mais pessoas se compreendam como também produtora de vida, ao fazer a opção em consumir produtos que vem de espaços de produção camponesa que tem negado a lógica do mercado, ou seja, do agronegócio.

Referências

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.
- CAPORAL, F. R. (org.) COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: 2009.
- COSTA E SILVA, L. Alimentos ecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um caminho para a promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA). In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Argos/Unichapecó, 2012.
- DEVISATE, Rogério Reis. *Grilagem das Terras e da Soberania*. Rio de Janeiro: ImagemArtStudio. 2017.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desarrollo rural sustentable. In: Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios e Técnicas Ecológicas Aplicadas à Agricultura, 11., 2002, Seropédica. Palestra... Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002. In: FEIDEN, Alberto. *Agroecologia: Introdução e Conceitos*. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap2ID-upGSXszUrp.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- LIMA, G. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. et al. (Orgs.). *Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 8, n. 3, 2011.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política - o processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003.
- RAMOS, L. F. CAPORAL, F. R.; Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: MONTEIRO, D. C. C.; MONTEIRO, M. A. (Org.). *Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. Belém, UFPA: NAEA, 2001.

SPADOTTO, Cláudio Aparecido; GOMES, Marco Antônio Ferreira. Agricultura e Meio Ambiente. In.: *Embrapa*, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/qualidade/dinamica/agrotoxicos-no-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2023.

TEIXEIRA, J. R. B. *et al.* Intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola em estados do Nordeste brasileiro, 1999-2009. *Epidemiol. Serv. Saúde*. 2014.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de compatibilidade do sistema agroalimentar na América Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, p. 62-87, 2003.

Autor 1 – Custódio Jovêncio Barbosa Filho

E-mail: custodio.barbosa@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9669-3048>

Autor 2 – Elizete Oliveira de Andrade

E-mail: elizete.andrade@uemg.br

<https://orcid.org/0000-0003-2442-9664>

Recebido em: **19/12/2022**

Aprovado em: **07/02/2023**